

Atividade Processual das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Primeiro Semestre de 2013



COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Atividade Processual das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Primeiro Semestre de 2013

Fluxo processual Global

O estudo do fluxo processual global das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (adiante designadas por CPCJ) implica a análise do total de processos acompanhados pelas CPCJ no ano em avaliação. Essa análise exige, desde logo, a decomposição do fluxo processual em três categorias essenciais:

O estudo do fluxo processual global das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (adiante designadas por CPCJ) implica a análise do total de processos acompanhados pelas CPCJ no ano em avaliação. Essa análise exige, desde logo, a decomposição do fluxo processual em três categorias essenciais:

- **Total de Entradas ou Volume Processual Global:** corresponde à soma dos processos transitados de anos anteriores, dos processos instaurados e dos processos reabertos, no primeiro semestre do ano.

- **Saídas ou Arquivamento Global:** corresponde ao total de processos findos no ano avaliação. O seu valor é encontrado somando o número de processos arquivados liminarmente ao número de processos arquivados após o início da intervenção das CPCJ;

Assinale-se que, pela segunda vez, é realizada a avaliação e acompanhamento da atividade das Comissões de Proteção no primeiro semestre do ano, razão pela qual importa cuidados nos exercícios comparativos.

Ainda sobre este aspeto refira-se que, considerando os múltiplos fatores que concorrem para a atividade concreta das CPCJ e que influenciam necessariamente os números que a retratam, também não será ajustado, à partida, extrapolar os resultados da avaliação semestral de modo a estabelecer comparações com os dados fixados no relatório anual de 2012 ou exercícios prospetivos dos resultados finais de 2013.

Fatores, entre outros, como a sazonalidade de algumas sinalizações (e.g. as sinalizações de insucesso, absentismo e abandono escolar poderão estar muito ligadas ao final dos períodos letivos) ou a duração das medidas que poderá influenciar o momento do ano em que se faz o arquivamento, só serão conhecidos e aprofundados com a regularidade destes relatórios semestrais, pelo que não se aconselham as análises comparativas habitualmente elaboradas nos relatórios anuais, sob pena de falta de rigor.

Igualmente, importa referir que pela primeira vez num relatório são apresentados dados relativos a resultados trimestrais, dando-se assim cumprimento ao estabelecido em 2011.

Apesar desta natural limitação de análise, fica o registo muito importante do início de um novo período e de novas metodologias de acompanhamento e monitorização da atividade das CPCJ.

Quadro nº 1: Evolução do fluxo processual nas CPCJ

	Transitados	Instaurados	Reabertos		Global		Arquivados		Ativos
1º Semestre 2012	34832	14512	2822	▶	52166	-	15054	=	37112
2º Semestre 2012	33605	14637	3431						
Ano 2012	33.605	29.149	6.253	▶	69.007	-	33.379	=	35.628
1º Trimestre 2013		10361	2280						
2º Trimestre 2013		4569	1197						
1º Semestre 2013	35.087	14.930	3.477	▶	53494	-	13294	=	40200

No primeiro semestre de 2013 as CPCJ **acompanharam** (Volume Processual Global) **53494 processos**, dos quais **arquivaram 13294**.

Verifica-se uma diferença de menos 541 processos entre o total de processos ativos a 31 de dezembro de 2012 (**35628**) e o número de processos que transitaram para 2013 (**35087** processos ativos no dia 1 de janeiro deste ano, esta diferença é inferior à registada no ano anterior (1877 processos).

Tal parece indiciar que se confirma a sub-representação do número de processos arquivados assinalada no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2012. Nesse Relatório avançamos que isso se ficaria a dever ao arquivamento material de processos no ano de 2012 cuja decisão não havia sido transposta para o sistema de gestão processual, e que só veio a ocorrer no início de 2013.

Os dados do quadro revelam ainda o seguinte:

- No primeiro semestre do 2013 foram **instaurados 14930 processos de promoção e proteção**, 10361 (69,4%) no 1º trimestre e 4569 (30,6%) no 2º trimestre.

Comparando os resultados do 1º Semestre de 2012 com os do 1º Semestre de 2013 verificamos que foram instaurados neste ano mais 418 processos.

- Neste período foram **reabertos 3477 processos de promoção e proteção**, mais 655 que no 1º Semestre de 2012, onde este valor correspondia a 2822. Do total de processos reabertos este semestre, verificamos que 65,5% (2280) foram-no no 1º trimestre, enquanto que, 34,4% (1197), no 2º trimestre.

- O **volume processual global** das Comissões de Proteção (que corresponde à soma de processos transitados, instaurados e reabertos) ascendeu no primeiro semestre de 2013 a **53494** processos de promoção e proteção o que se traduz num aumento de 1328 processos acompanhados quando comparado com o primeiro semestre de 2012 – **52166**.

- Foram **arquivados 13294**, menos 1760 que no mesmo período em 2012 (15054 processos). Assinale-se a este respeito que, das diligências efetuadas pela Comissão Nacional junto das CPCJ, verificou-se que o número de arquivamentos materiais será superior ao registado em sistema pelas Comissões, sendo de prever a correção deste número no terceiro trimestre do ano de 2013.

No final do primeiro semestre estavam ativos **40200** processos de promoção e proteção. Considerando a dimensão do número, renova-se o que foi referido a respeito da suscetibilidade da comparação dos números semestrais com os anuais poder resultar em erros de análise. Assim, a natureza do processo, a duração das medidas e momento da sua revisão influencia de forma determinante o momento do arquivamento, razão pela qual não podemos comparar o número de processos ativos no primeiro semestre com aquele que se verificava no final do ano de 2012.

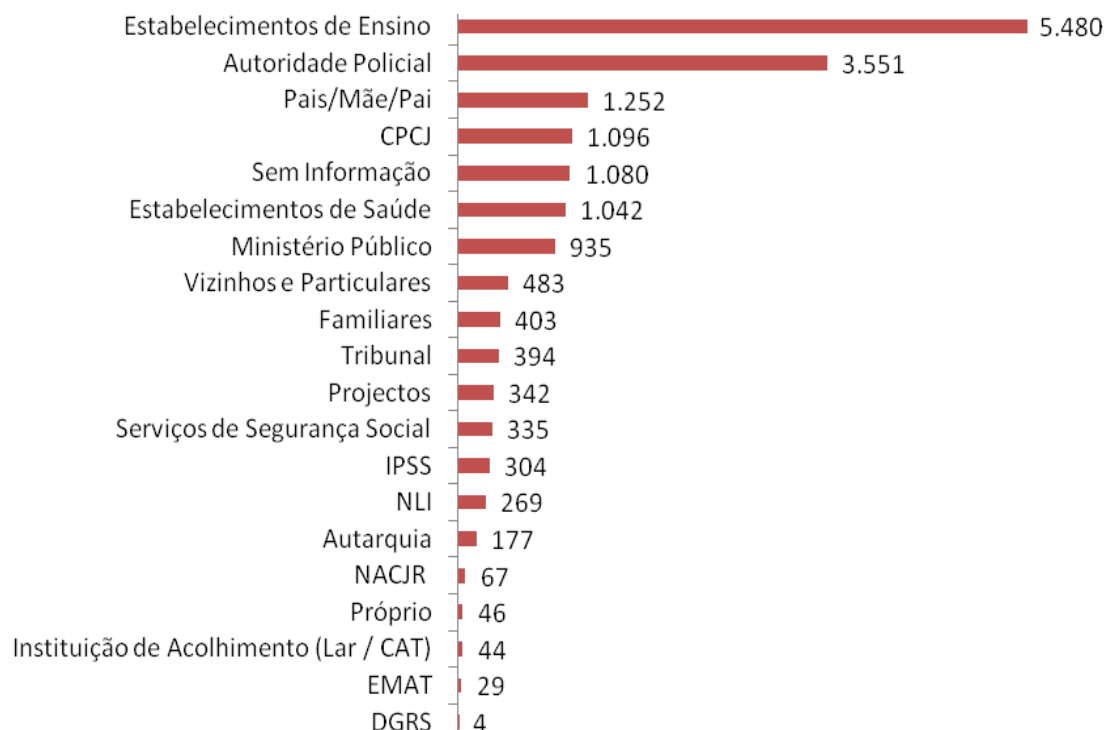
No entanto, no que respeita à comparação entre os primeiros semestres de 2012 e 2013, é de assinalar que a sub-representação dos arquivamentos registados em sistema inflaciona o número de processos ativos.

Entidades Sinalizadoras

A instauração ou reabertura de um processo de promoção e proteção pressupõe que a Comissão de Proteção tenha conhecimento de factos que indiciem uma situação de perigo.

No primeiro semestre de 2013, as CPCJ identificaram a **entidade sinalizadora de 17333** comunicações de situações de perigo (mais 1103 que no primeiro semestre de 2012) que determinaram a instauração ou a reabertura de processo de promoção e proteção. Destas 73,2% (12691) correspondem a sinalizações recebidas no 1º trimestre e 26,8% (4642) a sinalizações recebidas no 2º trimestre.

Gráfico ° 1 Entidades sinalizadoras das situações de perigo 1º Semestre de 2013



As entidades com maior número de comunicações de situações de perigo às Comissões foram, por ordem decrescente, as seguintes: **Estabelecimentos de Ensino** (31,6%; 5480 sinalizações); **Autoridades Policiais** (20,5%; 3551), **Pais/cuidadores** (7,2%; 1252) e as **CPCJ** (6,3%; 1096).

Salientam-se, ainda, as seguintes entidades: **Anónimos/Sem informação** com 6,2% (1080 sinalizações), **Estabelecimentos de Saúde** com 6,0% (1042 sinalizações), **Ministério Público** com 5,4% (935 sinalizações), **Vizinhos e particulares** com 2,8% (483 sinalizações), os **Familiares** e os **Tribunais** com 2,3%, cada (403 e 394 sinalizações respetivamente), os **Projetos** com 2,0% (342 sinalizações); os **Serviços da Segurança Social** com 1,9% (335 sinalizações); as **Instituições Particulares de Solidariedade Social** com 1,8% (304 sinalizações), o **NLI** com 1,6% das sinalizações (269). e, as **Autarquias** com 1,0% (177 sinalizações),

Com valores percentuais inferiores a 1% do total de sinalizações, surgem os **NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco)** com 0,4% (67 sinalizações); os **próprios** e as **Instituições de Acolhimento (Lar/CAT)** com 0,3% (47 e 44 sinalizações respetivamente), as **EMAT** com 0,2% (29 sinalizações) e, por último, a **DGRS** (Direção Geral de Reinserção Social) com 0,0% (4 sinalizações) do total de sinalizações, esta entidade é a única que apresenta valores superiores no 2º trimestre.

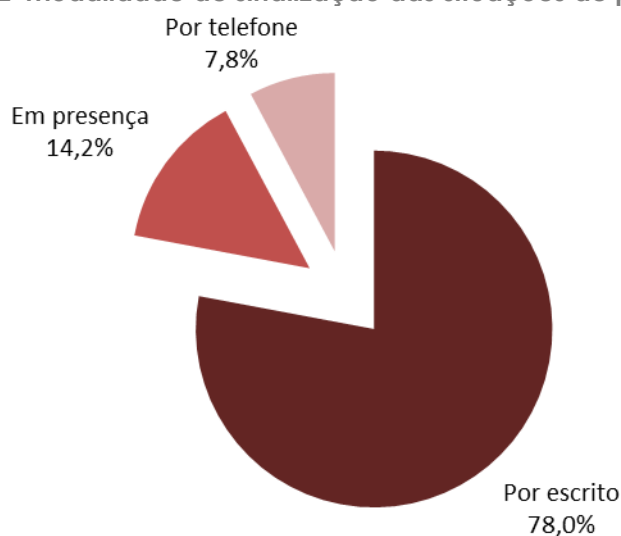
Comparando os dados do 1º Semestre de 2012 com os do 1º Semestre de 2013 verificamos que:

- Os Estabelecimentos de Ensino são a entidade com maior número de sinalizações nos dois períodos, no entanto, o número de sinalizações e o seu peso percentual é superior no primeiro semestre de 2013 (2012: 29%/4533 – 2013: 31,6%/5480);
- No que respeita às Autoridades Policiais, verifica-se o aumento percentual e absoluto das sinalizações no 1º Semestre de 2013 (2012: 18,5%/2927 – 2013: 20,5%/3551);
- Quanto às Sinalizações dos Pais/Cuidadores, diminuiu o número de sinalizações e a sua representação percentual no período analisado neste relatório (2012: 9,1%/1315 – 2013: 7,2% 1252);

Modalidade de contacto das Sinalizações

Do total de **18407** processos iniciados (instaurados e reabertos) no primeiro semestre de 2012 foram caracterizadas quanto à modalidade de contacto **15566 sinalizações**, no entanto, 115 foram caracterizadas na categoria “**Outro não especificado**” (0,7%), razão pela qual só são passíveis de tratamento estatístico 15451 sinalizações.

Gráfico ° 2 Modalidade de sinalização das situações de perigo às CPCJ



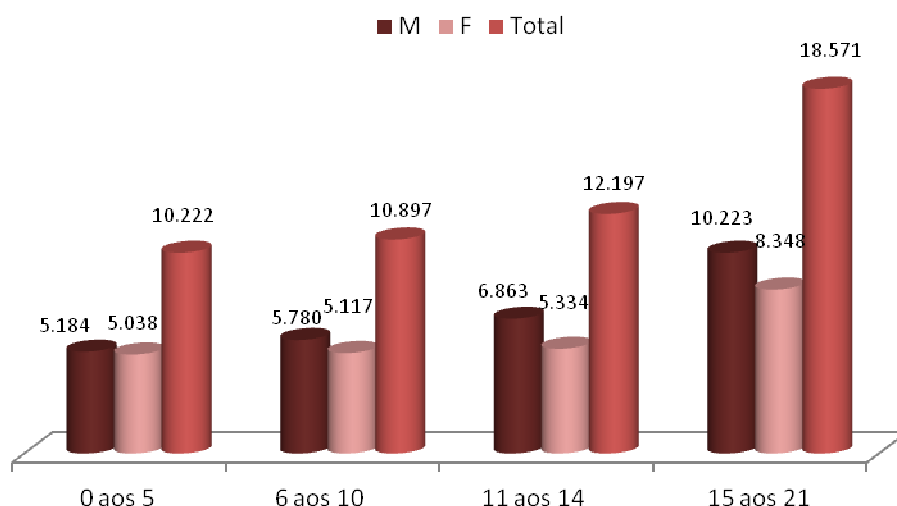
As **sinalizações por escrito** são a modalidade de contacto preferencial para fazer a comunicação de uma situação de perigo, representando 78,0% (13396) do total de sinalizações. Seguem-se as **sinalizações presenciais** nas CPCJ com 14,2% (2446) e a **sinalização telefónica** que representou 7,8% (1342) do total de sinalizações.

Caracterização das crianças e jovens

No primeiro semestre de 2013, as CPCJ acompanharam **53494 crianças ou jovens**, das quais **52.491 (98,1%)** foram caracterizadas na aplicação informática em função do sexo e da idade. Refira-se que para 604 (1,2%) crianças e jovens o escalão etário foi caracterizado como sendo desconhecido. Esta situação está associada ao facto de, não raras vezes, no momento da sinalização, ou posteriormente quando não há consentimento para a intervenção, não ser indicada ou não ser possível de determinar em concreto a idade da criança.

Do total de crianças e jovens caracterizadas, 67,1% (35226) são crianças com processos transitados, 26,9% (14099) com processos instaurados, e, 6,0% (3166) com processos reabertos.

Gráfico ° 3 Distribuição das crianças ou jovens acompanhados em função do sexo e escalão etário



Através dos dados do gráfico constatamos que, em todos os escalões etários, o número de crianças e jovens do sexo masculino (54,1%) acompanhadas no primeiro semestre de 2013 foi superior às do sexo feminino (45,9%) acompanhadas em igual período.

Na análise por escalão etário destaca-se o dos **15 aos 21 anos** (18571), que registou o maior número de crianças e jovens acompanhados, com 35,8% do total. Este escalão regista os valores mais altos em ambos os sexos apresentando a maior diferença de 3,6% entre o sexo masculino e feminino, traduzida no acompanhamento de mais 1875 crianças e jovens do sexo masculino. Importa mencionar que dos 18571 jovens acompanhados neste escalão, 4976 jovens têm entre os 18 aos 21 anos (9,6% do total).

De notar que este escalão etário era o menos representativo no relatório do primeiro semestre de 2012. No entanto, no Relatório Anual de 2012 já se havia verificado a inversão da representação de escalões etários com o escalão etário dos 15/21 anos a assumir uma maior preponderância. Este resultado é confirmado nos dados do primeiro semestre de 2013.

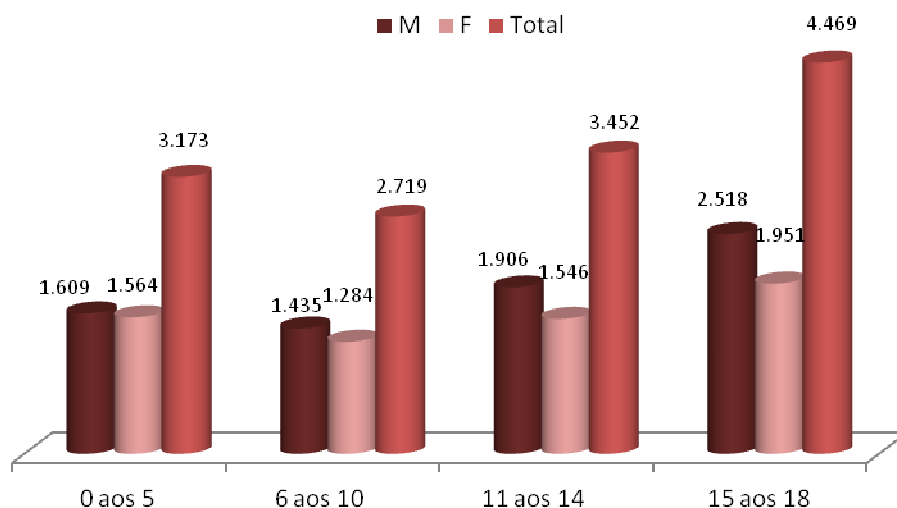
O escalão etário dos **11 aos 14 anos** (12197) surge em segundo lugar, representando 23,5% do total das crianças e jovens acompanhadas. Neste escalão etário a diferença de valores registados por cada um dos sexos atinge os 2,9%, o que se traduz no acompanhamento de mais 1529 crianças e jovens do sexo masculino.

Em terceiro lugar no total de crianças acompanhadas, surge o escalão etário dos **6 aos 10 anos**, com 21,0% (10897). Neste escalão são menores as diferenças de valores percentuais e absolutos entre os dois sexos com mais 1,3% (6663) crianças e jovens acompanhadas do sexo masculino.

Por último, o escalão etário dos **0 aos 5 anos** representa 19,7 % (10222) do total de crianças acompanhadas. Saliente-se que, neste escalão etário, o número de crianças acompanhadas dos **0 aos 2 anos**, 4364, (sexo masculino 2274; sexo feminino 2090) representarem 42,7%, menos de metade do total do escalão e 8,4% do total de crianças e jovens acompanhadas no primeiro semestre de 2013.

Como assinalámos a respeito do escalão etário 15/21 anos, verificamos a inversão da preponderância estatística dos escalões etários, quando comparado com o primeiro semestre de 2012, mas na linha do que se verificou no Relatório Anual de 2012. Assinale-se, porém, que o escalão etário dos 0-5 anos passa para 4º lugar, enquanto que, no relatório anual de 2012 era 3º.

Gráfico ° 4 Distribuição das crianças ou jovens com processos instaurados em função do sexo e escalão etário

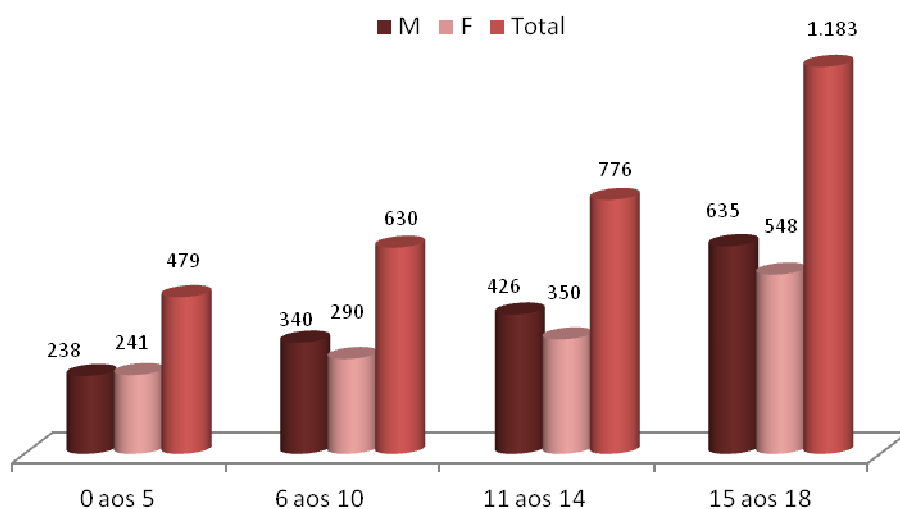


Considerando apenas as **crianças e jovens com processos instaurados no primeiro semestre de 2013 caracterizadas quanto à idade e sexo (13813)**, constatamos, através do gráfico anterior, que é o escalão etário dos **15 aos 18 anos** o mais significativo com 4469 jovens, representado 32,4%.

Este resultado merece particular atenção na medida em que representa uma modificação considerável da ordenação dos escalões e dos dados e tendências verificados nos dados semestrais e anuais de 2012. Assim, no primeiro semestre de 2012 o escalão etário dos 15-18 anos era o terceiro mais representativo, o mesmo se verificando nos dados anuais de 2012. No primeiro semestre de 2013 este escalão etário passa para 1º lugar com mais 1831 jovens. Verificaremos a respeito das situações de perigo que as situações que comprometem o direito à educação representam cerca de metade das problemáticas identificadas nestes jovens.

No escalão etário dos **11 aos 14 anos** (25,0% do total; 3452) o segundo maior em número de crianças e jovens com processos instaurados, seguem por ordem decrescente os escalões: **dos 0 aos 5 anos**, com 23,8% (3173), salienta-se o facto de 53,8% (1707) destas crianças terem entre **0 aos 2 anos** (representam 12,4% do total de crianças com processos instaurados). e o escalão etário dos **6 aos 10 anos** com 19,7% (2719).

Gráfico ° 5 Distribuição das crianças ou jovens com processos reabertos em função do sexo e escalão etário

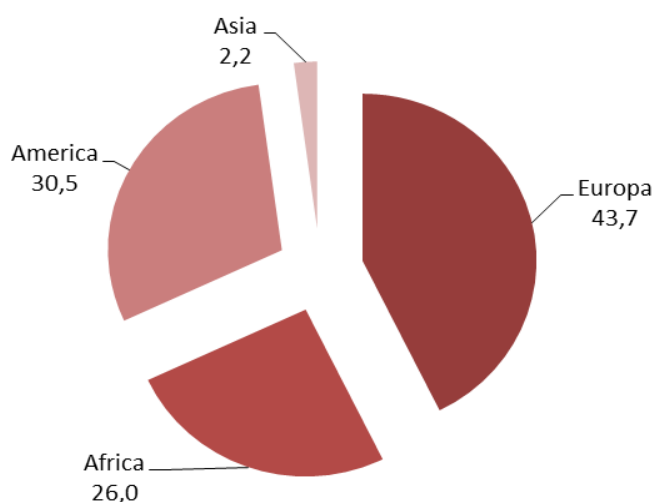


À semelhança do que verificámos para o total de crianças e jovens acompanhadas, também constatamos que é no escalão etário dos 15 aos 18 anos que encontramos o maior número de crianças e jovens com processos reabertos, representando 38,6% (1183). Seguem-se, por ordem decrescente, os escalões etários dos 11 aos 14 anos com 25,3% (776) e dos 6 aos 10 com 20,5% (630), por último, surge o escalão etário dos 0 aos 5 anos com 15,6% (479) do total de crianças e jovens com processos reabertos. Neste ultimo escalão, que é o menos representativo, destacam-se as crianças dos 0 aos 2 anos com 4,7% (145) do total de processos reabertos.

Das 53194 crianças e jovens acompanhados, as CPCJ identificaram **666 (1,2% do total) em situação de incapacidade ou deficiência**, destas 88,9% (592) correspondem a crianças e jovens com processos de anos anteriores, 9,8% (65) a processos instaurados e 1,4% (9) a processos reabertos

Analisaremos agora a **nacionalidade** das crianças e jovens com **processos acompanhados** nas CPCJ.

Gráfico ° 6 Nacionalidade das crianças e jovens com processos acompanhados nas CPCJ



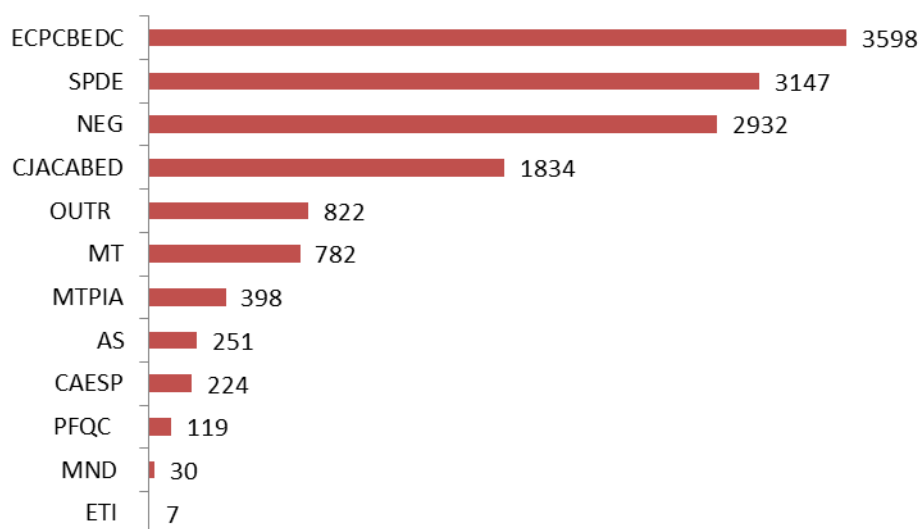
No primeiro semestre de 2013 foram caracterizadas 18690 crianças e jovens quanto à sua nacionalidade. Deste universo 91,5% (17103) das crianças foram caracterizadas como tendo nacionalidade portuguesa, enquanto 4,6% (863) têm outras nacionalidades.

Situações de Perigo

Analisam-se, agora, as principais situações de perigo detetadas nas crianças e jovens com processo de promoção e proteção iniciados em 2013 (instaurados e reabertos). Foram caracterizadas, no primeiro semestre de 2013, **17320 situações de perigo** que motivaram a intervenção das Comissões. Destas, 14144 situações correspondem a processos instaurados e 3176 situações a processos reabertos.

Assinale-se que, em setembro de 2011, foram introduzidas alterações à aplicação informática de gestão processual da atividade das Comissões de Proteção, designadamente ao nível das categorias e subcategorias das situações de perigo legitimadoras da intervenção das Comissões de Proteção. Esta alteração permitiu o aprofundamento da caracterização das situações de perigo que atingem as crianças e jovens, possibilitando a identificação mais precisa dos problemas que as afetam

Gráfico ° 7 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos Instaurados em 2013



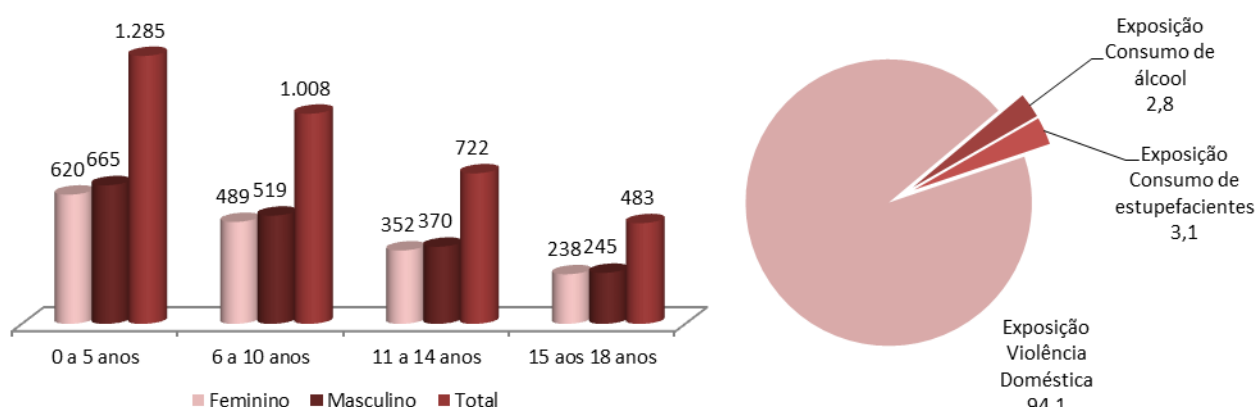
O gráfico anterior revela que as situações de perigo sinalizadas às Comissões de Proteção incidem, maioritariamente, em cinco problemáticas: **ECPCBEC -Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer o bem estar da criança** 25,4% (3598); **SPDE -Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 22,2% (3147), **NEG - Negligência** 20,7% (2932); **CJACABED - A Criança assume comportamentos que afetam o seu bem-estar** 13,0% (1834) e **OUTR - Outras situações de Perigo** 5,8% (738). Seguem-se por ordem decrescente: os **MT - Maus tratos físicos** 5,5% (782) e o **MTPIA - Mau Trato psicológico ou indiferença afetiva** 2,8% (398).

Registando valores percentuais bastante menos representativos no total das situações de perigo encontramos o **AS - Abuso sexual** 1,8% (251), a **CAESP - Criança está abandonada ou entregue a si própria** 1,6% (224) e a **PFQC - Prática de facto qualificado como crime** 0,8% (119). Com uma representatividade inferior a 1% do total, surgem a **MND - Mendicidade** 0,2% (30), e a **ETI - Exploração do trabalho infantil** 0,0% (7).

Da comparação direta com os dados do primeiro semestre de 2012 e com algumas tendências verificadas na avaliação anual de 2012 verificamos que:

- A exposição a modelos de comportamento que possam comprometer o bem estar da criança mantém a tendência verificada na avaliação anual de 2012, ocupando o primeiro lugar das problemáticas identificadas. No entanto, quando comparamos os dados do primeiro semestre de 2012, com o período homólogo de 2013, verificamos que esta problemática apesar de passar de 2ª para 1ª problemática mais identificada e de aumentar o seu peso percentual (25, 2% em 2012 e 25,4% em 2013), diminui o número absoluto de casos sinalizados (3608 em 2012 e 3598 em 2013);
- As situações que comprometem o direito à educação, que, quer no 1º semestre de 2012, quer nesse ano, eram a terceira problemática mais sinalizada às CPCJ, passam a ocupar, no primeiro semestre de 2013 o 2º lugar. Por outro lado, quer em número absoluto, quer percentualmente, verifica-se um aumento muito significativo destas situações, quando comparamos com o mesmo período de 2012 (2012: 17,5%/2505 – 2013 22,2%/3147);
- A negligência, diminui, quer percentualmente, quer em número de casos, quando comparamos o primeiro semestre de 2012 com o de 2013 (2012: 25,7%/3681 - 2013:20,7%/2932);
- Relativamente às situações em que a própria criança se coloca em situação de perigo, regista-se o aumento percentual e absoluto (2012:10,8%/1547 – 2013: 13%/1834);
- Diminuem, percentualmente e em termos absolutos as situações de mau trato físico (2012: 6,1%/874 – 2013: 5,5%/782). Igual resultado verifica-se a respeito do mau trato psicológico (2012: 3,8%/549 – 2013 2,8%/398);
- As situações de abuso sexual, prática de fato qualificado pela lei como crime, abandono e mendicância diminuem percentualmente e em termos absolutos, quando se comparam os períodos homólogos.
- Verifica-se ainda mais um caso de exploração de trabalho infantil (2012: 6 – 2013: 7)

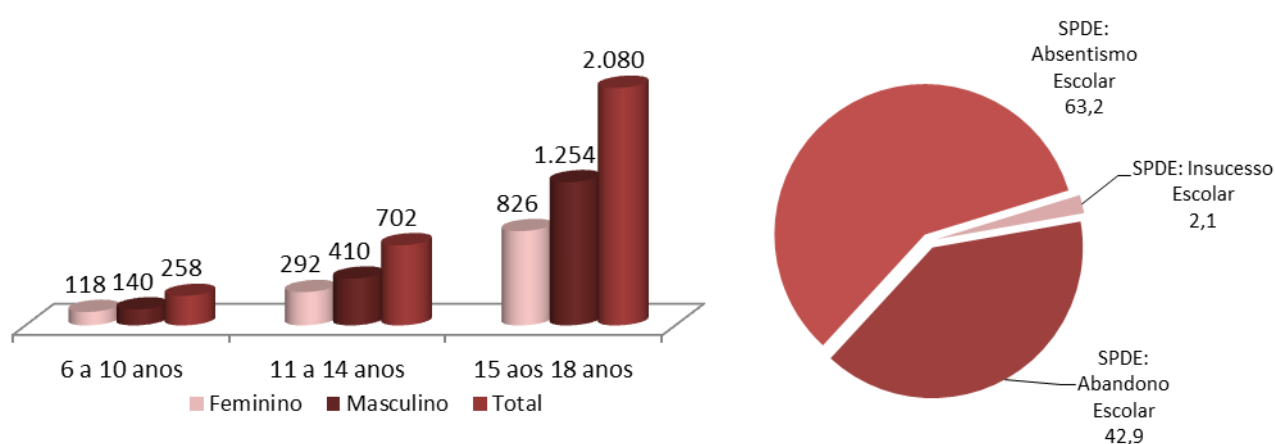
Gráfico ° 8 Situações de Perigo - Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança



A **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança** é a primeira causa que motiva a intervenção das CPCJ, esta situação de perigo apresenta uma distribuição que diminui com o aumento da idade das crianças e jovens. O escalão etário dos 0 aos 5 anos regista o valor mais elevado, com 36,7% (1285) das 3498 crianças e jovens caracterizadas por escalão etário, enquanto o escalão etário dos jovens com mais de 15 anos regista 13,8% (483), o valor mais baixo.

Quanto às subcategorias da **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança** foram identificadas 63,4% (2280) das situações. foi possível conhecer melhor as situações de perigo que constatando-se que 94,1% (2145) correspondem a situações de **Violência Doméstica**. Seguem-se com menor expressão o **Consumo de estupefacientes** com 2,8% (64) e o **Consumo de álcool** com 3,1% (71).

Gráfico ° 9 Principais situações de Perigo - Direito à Educação

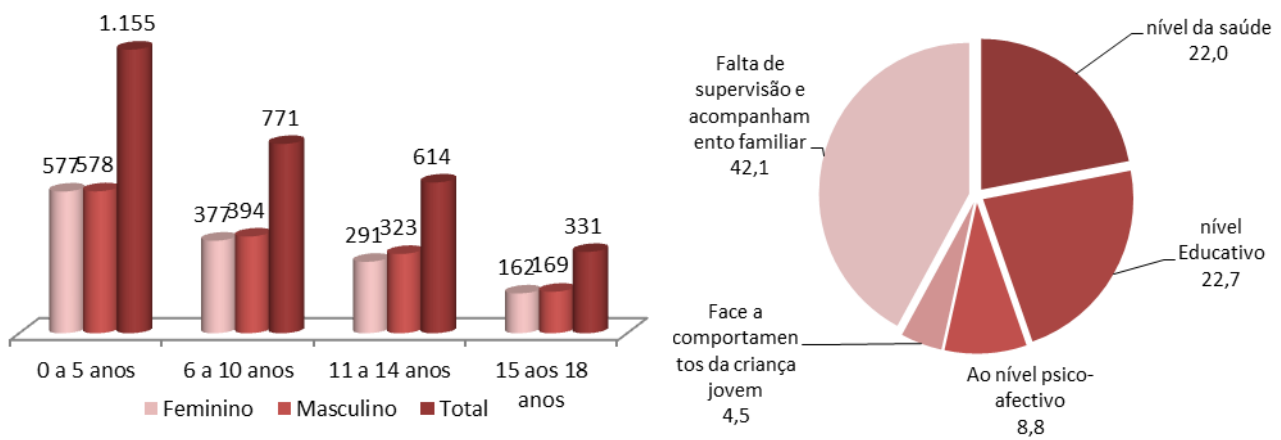


As **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** são a segunda causa que legitima a intervenção das CPCJ. Na análise da sua incidência por escalão etário é possível constatar um aumento diretamente proporcional à idade, apresentando a maior expressão no escalão dos jovens com 15 ou mais anos, com 68,4% (2080) das 3040 crianças e jovens caracterizadas por escalão etário.

Registe-se que foram caracterizadas 98,6% (3104) das **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação**. Com mais de metade (57,6%;1813) destas situações destaca-se a subcategoria do **Absentismo Escolar**. Segue-se com um valor próximo o **abandono escolar**, com 39,1% (1230), e, por último, o **Insucesso Escolar**, com 1,9% (61).

Assinale-se que, enquanto que, nos escalões etários dos 6-10 e dos 11-14 verificamos uma diminuição do nº de casos, em comparação com o 1º semestre de 2012, (menos 40 e 206 casos, respetivamente), no escalão etário dos 15- aos 18 anos o aumento cifra-se nos 984 casos.

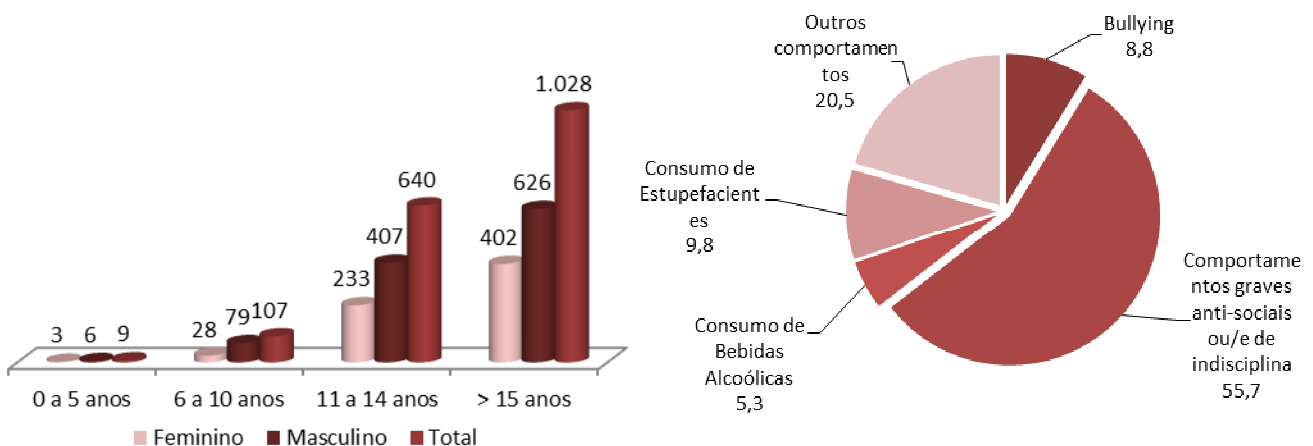
Gráfico ° 10 Principais situações de Perigo - Negligência



Analisando as situações de perigo na vertente da incidência em cada escalão etário, observa-se que, na **Negligência**, o número de situações detetadas diminui com o aumento da idade. Assim, é no escalão dos 0 aos 5 anos onde encontramos mais crianças, representando 40,2% (1155) das 2871 crianças e jovens caracterizadas por escalão etário, em oposição ao escalão etário dos jovens com 15 anos ou mais que é o que apresenta os valores mais baixos, com 11,5% (331).

Na **Negligência** à luz de subcategorias que possibilitam um melhor conhecimento da realidade que encerram apesar de nesta situação de perigo a análise que é possível efetuar estar limitada a 692 casos (23,6%). Assim, verificamos que, 42,1% (291), respeitam à **Falta de supervisão e acompanhamento/familiar**, 22,7% (157) a **negligência ao nível Educativo**, 22,0% (152) a **negligência ao nível da saúde**, 8,8% (61) a **negligência ao nível psicoafetivo** e por último 4,5% (31) a **negligência face ao comportamentos da criança/jovem**.

Gráfico ° 11 Principais situações de Perigo - A Criança/Jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

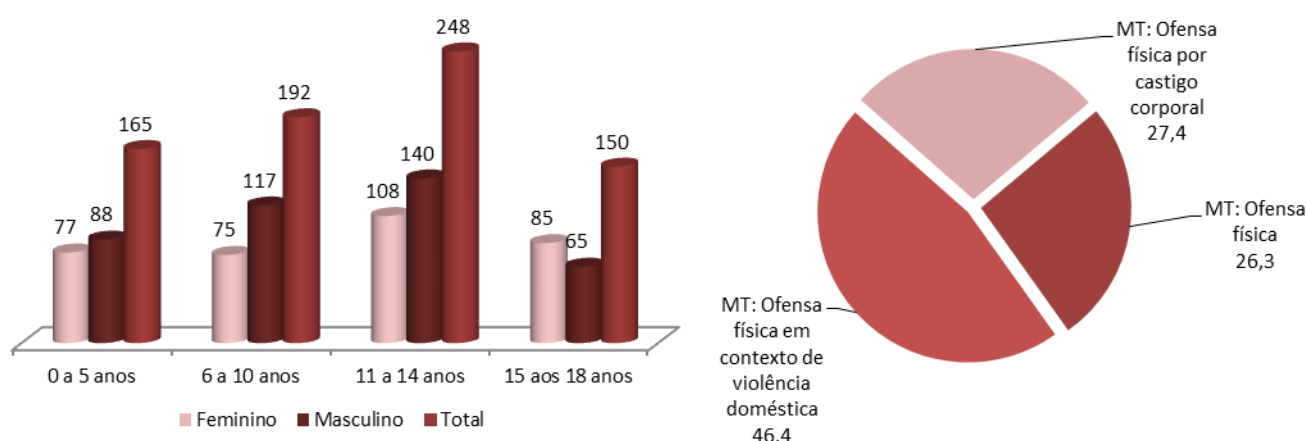


No que respeita às situações em que **a Criança/Jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada** destaca-se o escalão dos jovens com mais de 15 anos, que representa 63,4% (1028) das 1784 crianças e jovens caracterizadas por escalão etário. Segue-se o escalão etário dos 11 aos 14 anos com 39,5% (640), o escalão etário dos 6 aos 10 anos com 6,6% (107) e com valores pouco significativos, 0,6% (9), o escalão etário dos 0 aos 5 anos.

Quanto às subcategorias desta problemática foram identificadas 56,9% (1044) das situações. Assim, verificamos que nesta categoria **os comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina** correspondem a 55,7% (581) dos casos, seguidos por **Outros comportamentos**, com 20,5% (214) e as situações de **Bullying** com 8,8% (92).

Com menor expressão surge o **Consumo de Estupefacientes e de Bebidas Alcoólicas** que correspondem a 9,8% (102) e a 5,3% (55), respectivamente.

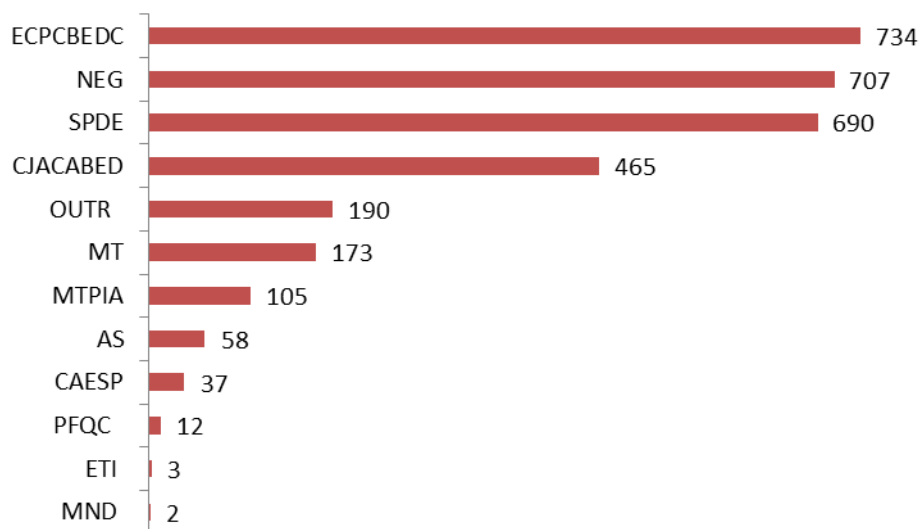
Gráfico ° 12 Principais situações de Perigo - Mau Trato físico



Os **Maus-tratos físicos** registam o seu valor máximo no escalão 11 aos 14 anos, que representa 32,8% (248). Em segundo lugar na incidência desta problemática surge o escalão etário dos 6 aos 10 anos, com 25,4 % (192). Segue-se o escalão etário dos 0 aos 5 anos com 21,9% (165), importa também reter os potenciais significados desta problemática na medida em que qualquer tipo de mau trato físico nesta idade pode ter consequências graves para a vida, integridade física e saúde da criança, mercê da sua especial vulnerabilidade.

Foram caracterizadas 179 (22,9%) das situações de **Mau Trato físico** sinalizadas. Destas, destacam-se, por ordem decrescente de incidência: **a Ofensa física em contexto de violência doméstica** 46,4% (83); **a Ofensa física por castigo corporal** 27,4% (49) e **a Ofensa física** 26,3% (47).

Gráfico ° 13 Situações de Perigo nas crianças e jovens com processos reabertos



Na análise decomposta por tipologia de processos, as situações de perigo sinalizadas nas crianças e jovens com **processo reabertos**, mantêm as características e as tendências verificadas a propósito dos processos instaurados.

Medidas

Neste capítulo analisaremos as medidas em execução ou aplicadas pelas CPCJ no primeiro semestre de 2013

Como já referimos, os dados que se apresentam são os que constam exclusivamente na aplicação informática de gestão da atividade processual das Comissões de Proteção. Tal constituiu um avanço significativo, quer ao nível da obtenção de dados quantitativos absolutos, quer no acesso a elementos que permitem aprofundar a análise qualitativa da realidade revelada por aqueles dados, apesar de se detetarem aspetos a melhorar, designadamente na caracterização etária das crianças com medida de promoção e proteção.

No corrente ano foram aplicadas ou estão em execução **21943 medidas de promoção e proteção**. A maioria das medidas, 91,0% (19967), respeitam a processos transitados de anos anteriores, 7,4% (1613) a processos instaurados, e, 1,3% (363) a processos reabertos.

Quadro 6: Medidas executadas ou aplicadas por sexo e escalão etário

Medidas		Sem dados	0 aos 5	6 aos 10	11 aos 14	15 aos 21	Total	%
Apoio junto dos pais	F	31	1.550	1.633	1.579	2.501	7.294	33,2
	M	33	1.599	1.899	2.131	3.441	9.103	41,5
	Total	64	3.149	3.532	3.710	5.942	16.397	74,7
Apoio junto de outro familiar	F	3	276	258	278	374	1.189	5,4
	M	2	253	287	321	419	1.282	5,8
	Total	5	529	545	599	793	2.471	11,3
Confiança a pessoa idónea	F	2	28	33	36	116	215	1,0
	M	0	30	38	31	77	176	0,8
	Total	2	58	71	67	193	391	1,8
Apoio para a Autonomia de Vida	F	1	0	0	0	84	85	0,4
	M	0	0	0	0	66	66	0,3
	Total	1	0	0	0	150	151	0,7
Acolhimento familiar	F	0	8	9	11	24	52	0,2
	M	0	5	12	23	39	79	0,4
	Total	0	13	21	34	63	131	0,6
Acolhimento institucional	F	1	138	152	217	690	1.198	5,5
	M	1	176	146	304	577	1.204	5,5
	Total	2	314	298	521	1.267	2.402	10,9
Total		74	4.063	4.467	4.931	8.408	21.943	100
%		0,3	18,5	20,4	22,5	38,3	100,0	

Apesar das melhorias verificadas a respeito da caracterização da tipologia de medidas aplicadas, persistem, apesar de em muito menor número e em expressão muito residual, deficits de caracterização da idade das crianças com medida aplicada. Assim, das 21943 crianças com medida em execução ou aplicada em 2013, 74 (0,3%) não foram caracterizadas quanto ao escalão etário.

O quadro anterior demonstra que a incidência de aplicação **de medidas por escalão etário**, que acompanha a **caracterização do total de crianças e jovens acompanhadas** pelas CPCJ no primeiro semestre de 2013, ou seja, 38,3% (8408) das medidas são aplicadas a crianças que se inserem no escalão etário dos 15 aos 21 anos, Com uma representação ligeiramente inferior segue-se o escalão etário dos 11 aos 14 anos, com 22,5%(4931) das medidas.

Ainda a respeito da caracterização etária das crianças com medida de promoção e proteção, refira-se que o terceiro escalão etário mais representativo é o dos 6 aos 10 anos, sobre o qual incidem 20,4% (4467) das medidas aplicadas, seguido do escalão etário dos 0 aos 5 anos que representa 18,5% (4063).

Cruzando o **número de medidas aplicadas com a caracterização do sexo das crianças e jovens com medida de promoção e proteção** verificamos que existe a mesma tendência observada na caracterização do total de crianças acompanhadas pelas CPCJ, isto é, a maioria, 54,3% (11910), das medidas aplicadas são-no a crianças do sexo masculino, enquanto 45,7% (10033), são-no a crianças do sexo feminino.

O quadro permite também observar que, do total das medidas aplicadas pelas CPCJ, a grande maioria, 88,5% (19410), correspondem a **medidas em meio natural de vida**, enquanto as **medidas de colocação** representam 11,5 % (2533).

Analisando as medidas aplicadas pelas CPCJ a nível nacional, regista-se que a medida mais aplicada foi o **Apoio junto dos pais (74,7%)**. Seguem-se, por ordem decrescente, o **apoio junto de outros familiares (11,3%)**, o **acolhimento institucional (10,9%)**, a **confiança a pessoa idónea (1,8%)**, o **apoio para a autonomia de vida (0,7%)** e o **acolhimento familiar (0,6%)**.

Quadro 7: Medida de Apoio junto dos pais por escalões etários, sexo e tipo de processo.

Apoio Junto dos Pais								
Escalão Etário	Sexo	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Total	% do Total	% do Instaurados	% do Reabertos
Desconhecido	Feminino	28	2	1	31	0,2	0,2	0,3
	Masculino	22	8	3	33	0,2	0,6	1,0
	Total	50	10	4	64	0,4	0,8	1,4
0 a 5 anos	Feminino	1.346	171	33	1.550	9,5	13,7	11,1
	Masculino	1.420	152	27	1.599	9,8	12,2	9,1
	Total	2.766	323	60	3.149	19,2	25,8	20,3
6 a 10 anos	Feminino	1.504	106	23	1.633	10,0	8,5	7,8
	Masculino	1.737	135	27	1.899	11,6	10,8	9,1
	Total	3.241	241	50	3.532	21,5	19,3	16,9
11 a 14 anos	Feminino	1.432	116	31	1.579	9,6	9,3	10,5
	Masculino	1.928	159	44	2.131	13,0	12,7	14,9
	Total	3.360	275	75	3.710	22,6	22,0	25,3
15 a 21 anos	Feminino	2.289	178	34	2.501	15,3	14,2	11,5
	Masculino	3.145	223	73	3.441	21,0	17,8	24,7
	Total	5.434	401	107	5.942	36,2	32,1	36,1
Total	Feminino	6.599	573	122	7.294	44,5	45,8	41,2
	Masculino	8.252	677	174	9.103	55,5	54,2	58,8
	Total	14.851	1.250	296	16.397	100,0	100,0	100,0
% por tipo de processo	Feminino	44,4	45,8	41,2				
	Masculino	55,6	54,2	58,8				
	Total	90,6	7,6	1,8				

Das 16397 **medidas de apoio junto dos pais** aplicadas ou em execução no ano de 2013, 90,6% (14851) correspondem a processos que transitaram de anos anteriores, 7,6% (1250) a processos instaurados neste ano, e, 1,8% (296), a processos reabertos.

Tomando por referência o **volume processual global** verifica-se que a aplicação da **medida de Apoio junto dos pais** foi mais frequente no escalão etário dos 15 aos 21 anos (36,2%; 5942), seguido, por ordem decrescente, do escalão etário dos 11 aos 14 anos (22,6%; 3710) e dos escalões dos 6 aos 10 anos (21,5%; 3532), e dos 0 aos 5 anos (19,2%; 3149). Esta ordenação dos escalões etários a respeito da medida de **apoio junto dos pais** difere quando se toma por referência os **processos instaurados** no ano de 2013, o escalão etário dos 0 aos 5 anos representa 25,8% ocupando o segundo lugar, seguido do escalão etário dos 11 aos 14 anos que corresponde a 22,0% da medida.

Tomando em consideração os **processos reabertos**, a aplicação da medida de **apoio junto dos pais** volta a ser mais frequente no escalão etário dos 15 aos 21 anos com 36,1% (107), seguido por ordem decrescente do escalão etário dos 11 aos 14 anos com 25,3% (75), do escalão etário dos 0 aos 5 anos, com 20,3% (60) e por ultimo o escalão etário dos 6 aos 10 anos com 16,9% (50) .

Quadro 8: Medida de Apoio junto de outro familiar por escalões etários, sexo e tipo de processo.

Apoio Junto de Outro Familiar								
Escalão Etário	Sexo	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Total	% do Total	% do Instaurados	% do Reabertos
Desconhecido	Feminino	3	0	0	3	0,1	0,0	0,0
	Masculino	1	1	0	2	0,1	0,6	0,0
	Total	4	1	0	5	0,2	0,6	0,0
0 a 5 anos	Feminino	237	37	2	276	11,2	20,7	5,7
	Masculino	233	20	0	253	10,2	11,2	0,0
	Total	470	57	2	529	21,4	31,8	5,7
6 a 10 anos	Feminino	234	22	2	258	10,4	12,3	5,7
	Masculino	267	15	5	287	11,6	8,4	14,3
	Total	501	37	7	545	22,1	20,7	20,0
11 a 14 anos	Feminino	250	25	3	278	11,3	14,0	8,6
	Masculino	296	20	5	321	13,0	11,2	14,3
	Total	546	45	8	599	24,2	25,1	22,9
15 a 21 anos	Feminino	350	15	9	374	15,1	8,4	25,7
	Masculino	386	24	9	419	17,0	13,4	25,7
	Total	736	39	18	793	32,1	21,8	51,4
Total	Feminino	1.074	99	16	1.189	48,1	55,3	45,7
	Masculino	1.183	80	19	1.282	51,9	44,7	54,3
	Total	2.257	179	35	2.471	100,0	100,0	100,0
% por tipo de processo	Feminino	47,6	55,9	45,5				
	Masculino	52,4	44,1	54,5				
	Total	92,0	6,6	1,4				

O **apoio junto de outros familiares** é a segunda medida mais aplicada. O escalão etário dos 15 aos 21 anos é o mais representado, com 32,1% (793 medidas). Seguem-se, por ordem decrescente, os escalões etários dos 11 aos 14 anos, com 24,1% (599), o dos 6 aos 10 anos, com 22,1% (545), e, por último, o escalão etário dos 0 aos 5 anos, com 21,4% (529).

No primeiro semestre de 2013, 91,3% (2257) das medidas de **Apoio junto de outros familiares** aplicadas ou em execução dizem respeito a processos que transitaram de anos anteriores, 7,2% (179) a processos instaurados e, 1,4%, (35) a processos reabertos.

A incidência de aplicação desta medida por escalão etário tem uma ordenação diferente quando se tem por referência os **processos instaurados**, sendo o escalão etário mais representativo dos 0 aos 5 anos, com 31,8% (57), seguido por ordem decrescente do escalão etário dos 11 aos 14 anos com 25,1% (45), o dos 15 aos 21 anos, com 21,8% (39), e, por último o escalão etário dos 6 aos 10 anos, com 20,7%(37).

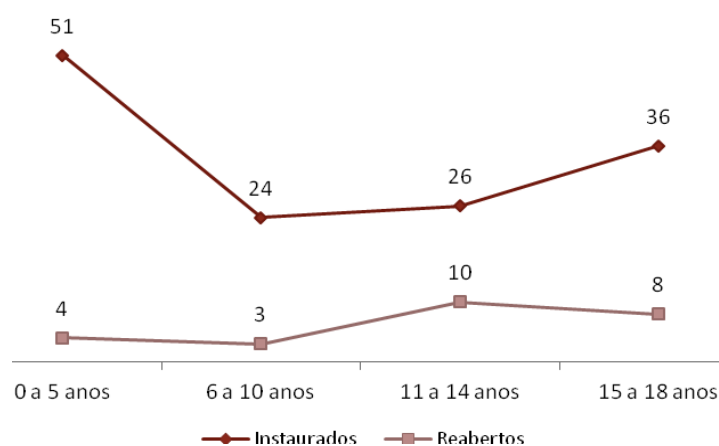
Quadro 9: Medida de acolhimento institucional por escalões etários, sexo e tipo de processo.

Acolhimento em Instituição								
Escalão Etário	Sexo	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Total	% do Total	% do Instaurados	% do Reabertos
Desconhecido	Feminino	1	0	0	1	0,0	0,0	0,0
	Masculino	1	0	0	1	0,0	0,0	0,0
	Total	2	0	0	2	0,1	0,0	0,0
0 a 5 anos	Feminino	112	25	1	138	5,7	18,2	4,0
	Masculino	147	26	3	176	7,3	19,0	12,0
	Total	259	51	4	314	13,1	37,2	16,0
6 a 10 anos	Feminino	136	14	2	152	6,3	10,2	8,0
	Masculino	135	10	1	146	6,1	7,3	4,0
	Total	271	24	3	298	12,4	17,5	12,0
11 a 14 anos	Feminino	196	14	7	217	9,0	10,2	28,0
	Masculino	289	12	3	304	12,7	8,8	12,0
	Total	485	26	10	521	21,7	19,0	40,0
15 a 21 anos	Feminino	670	18	2	690	28,7	13,1	8,0
	Masculino	553	18	6	577	24,0	13,1	24,0
	Total	1.223	36	8	1.267	52,7	26,3	32,0
Total	Feminino	1.115	71	12	1.198	49,9	51,8	48,0
	Masculino	1.125	66	13	1.204	50,1	48,2	52,0
	Total	2.240	137	25	2.402	100,0	100,0	100,0
% por tipo de processo	Feminino	49,8	51,8	48,0				
	Masculino	50,2	48,2	52,0				
	Total	93,3	5,7	1,0				

O **acolhimento institucional** é a terceira medida mais aplicada ou em execução sendo que, é no escalão dos 15 aos 21 anos que encontramos mais medidas desta natureza, representando 52,7% (1267) do total de medidas de acolhimento institucional. A incidência desta medida nos restantes escalões etários é a seguinte: 11 aos 14 anos, 21,7% (521), dos 0 aos 5 anos, 13,1% (314); e por ultimo do escalão etário dos 6 aos 10 anos, 12,4% (298).

No corrente ano, 93,3% (2240) das medidas de acolhimento institucional, aplicadas ou em execução dizem respeito a processos que transitaram de anos anteriores, 5,7% (137) a processos instaurados e 1% (25) a processos reabertos.

Gráfico ° 14 Medida de acolhimento institucional nos processos iniciados em 2013 por escalões etários



O **acolhimento institucional** teve, nos **processos instaurados** uma aplicação superior no escalão etário dos 0 aos 5 anos, com 51 medidas, representando 37,2% do total.

Segue-se por ordem decrescente o escalão dos 15 aos 18 anos que regista 36 medidas, representando 26,3% do total. Com valores próximos o escalão etário dos 11 aos 14 com 26 medidas é o terceiro em representatividade com 19%, por último, o escalão etário dos 6 aos 10 anos com 24 medidas, que corresponde a 17,5% do total.

Nos **processos reabertos** o **acolhimento institucional** foi a medida aplicada a 10 jovens do escalão etário dos 11 aos 14 anos, a 8 jovens dos 15 aos 18 anos, representando 40,0% e 32,0%, respectivamente, do total desta medida. Seguem-se, os escalões etários dos 0 aos 5 anos, com 4 medidas aplicadas, 16% da medida e por ultimo o escalão etário dos 6 aos 10 anos, com 3 medidas aplicadas, 12% da medida.

Quadro 10: Medida de Confiança a pessoa idónea por escalões etários, sexo e tipo de processo.

Confiança a Pessoa Idónea								
Escalão Etário	Sexo	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Total	% do Total	% do Instaurados	% do Reabertos
Desconhecido	Feminino	2	0	0	2	0,5	0,0	0,0
	Masculino	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	Total	2	0	0	2	0,5	0,0	0,0
0 a 5 anos	Feminino	22	5	1	28	7,2	12,8	14,3
	Masculino	27	2	1	30	7,7	5,1	14,3
	Total	49	7	2	58	14,8	17,9	28,6
6 a 10 anos	Feminino	25	7	1	33	8,4	17,9	14,3
	Masculino	35	2	1	38	9,7	5,1	14,3
	Total	60	9	2	71	18,2	23,1	28,6
11 a 14 anos	Feminino	31	4	1	36	9,2	10,3	14,3
	Masculino	28	3	0	31	7,9	7,7	0,0
	Total	59	7	1	67	17,1	17,9	14,3
15 a 21 anos	Feminino	104	10	2	116	29,7	25,6	28,6
	Masculino	71	6	0	77	19,7	15,4	0,0
	Total	175	16	2	193	49,4	41,0	28,6
Total	Feminino	184	26	5	215	55,0	66,7	71,4
	Masculino	161	13	2	176	45,0	33,3	28,6
	Total	345	39	7	391	100,0	100,0	100,0
% por tipo de processo	Feminino	53,3	66,7	71,4				
	Masculino	46,7	33,3	28,6				
	Total	88,2	10,0	1,8				

Em quarto lugar no total das medidas aplicadas encontramos a **confiança a pessoa idónea**. Esta medida regista o seu valor máximo de aplicação no escalão etário dos 15 aos 21 anos, representando 49,4% (193) do total desta medida. O escalão etário dos 6 aos 10 anos é o segundo mais significativo, representando 18,2% (71 medidas). Segue-se o escalão etário dos 11 aos 14 anos, com 17,1% (67 medidas) e, por último, o escalão etário dos 0 aos 5 anos que representa 14,8% (58) do total de medidas de confiança a pessoa idónea.

No corrente ano, 88,2% (345) das medidas de **confiança a pessoa idónea** aplicadas ou em execução respeitam a processos que transitaram de anos anteriores, 10% (39) a processos instaurados e 1,8% (7) a processos reabertos.

Com uma representação pouco significativa, inferior a 1%, encontramos a **medida de Apoio para a autonomia de vida** (151) e a **medida de acolhimento familiar** (131).

Quadro 11: Medida de Apoio para Autonomia de Vida por escalões etários, sexo e tipo de processo.

Apoio para Autonomia de Vida								
Escalão Etário	Sexo	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Total	% do Total	% do Instaurados	% do Reabertos
Desconhecido	Feminino	1	0	0	1	0,7	0,0	0,0
	Masculino	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	Total	1	0	0	1	0,7	0,0	0,0
0 a 5 anos	Feminino							
	Masculino							
	Total							
6 a 10 anos	Feminino							
	Masculino							
	Total							
11 a 14 anos	Feminino							
	Masculino							
	Total							
15 a 21 anos	Feminino	81	3	0	84	55,6	50,0	0,0
	Masculino	63	3	0	66	43,7	50,0	0,0
	Total	144	6	0	150	99,3	100,0	0,0
Total	Feminino	82	3	0	85	56,3	50,0	0,0
	Masculino	63	3	0	66	43,7	50,0	0,0
	Total	145	6	0	151	100,0	100,0	0,0
% por tipo de processo	Feminino	56,6	50,0	0,0				
	Masculino	43,4	50,0	0,0				
	Total	96,0	4,0	0,0				

O escalão etário dos 15 aos 21 anos é o único onde a **medida de apoio para a autonomia de vida** foi aplicada ou está em execução com 84 jovens do sexo feminino e 66 do masculino

No corrente ano, 96% (145) das medidas de **apoio para a autonomia de vida**, respeitam a processos que transitaram de anos anteriores e 4,0% (6) a processos instaurados..

Quadro 12: Medida de Acolhimento Familiar por escalões etários, sexo e tipo de processo.

Acolhimento Familiar								
Escalão Etário	Sexo	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Total	% do Total	% do Instaurados	% do Reabertos
Desconhecido	Feminino	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	Masculino	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	Total	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
0 a 5 anos	Feminino	8	0	0	8	6,1	0,0	0,0
	Masculino	5	0	0	5	3,8	0,0	0,0
	Total	13	0	0	13	9,9	0,0	0,0
6 a 10 anos	Feminino	8	1	0	9	6,9	50,0	0,0
	Masculino	12	0	0	12	9,2	0,0	0,0
	Total	20	1	0	21	16,0	50,0	0,0
11 a 14 anos	Feminino	11	0	0	11	8,4	0,0	0,0
	Masculino	23	0	0	23	17,6	0,0	0,0
	Total	34	0	0	34	26,0	0,0	0,0
15 a 21 anos	Feminino	24	0	0	24	18,3	0,0	0,0
	Masculino	38	1	0	39	29,8	50,0	0,0
	Total	62	1	0	63	48,1	50,0	0,0
Total	Feminino	51	1	0	52	39,7	50,0	0,0
	Masculino	78	1	0	79	60,3	50,0	0,0
	Total	129	2	0	131	100,0	100,0	0,0
% por tipo de processo	Feminino	39,5	50,0	0,0				
	Masculino	60,5	50,0	0,0				
	Total	98,5	1,5	0,0				

A **medida de acolhimento familiar** é aplicada principalmente no escalão etário dos 15 aos 21 anos. Este escalão representa 48,1% (63) do total de medidas de acolhimento familiar aplicadas ou em execução. Seguem-se, por ordem decrescente, os escalões etários: dos 11 aos 14 anos (26%; 34); dos 6 aos 10 anos (16%; 21); e, por ultimo, o escalão etário dos 0 aos 5 anos (9,9%; 13).

No presente ano, 98,5% (131) das medidas de acolhimento familiar respeitam a processos que transitaram de anos anteriores e 1,5% (2) a processos.

Análise dos processos arquivados

No primeiro semestre de 2013 foram arquivados e caracterizados quanto à natureza do arquivamento ou cessação da intervenção da Comissão **13294 processos**, destes foram caracterizados 12.007 processos(90,3% do total).

Arquivamento liminar:

No corrente semestre foram caracterizados como tendo sido arquivados na fase de análise preliminar 3728 processos, o que corresponde a 28% do total de processos arquivados e a 7% do volume processual global.

Quadro N.º 13 –Causas do Arquivamento Liminar

Arquivamento liminar do processo	Nº	%
A Situação de Perigo já não Subsiste	642	17,2
A Situação de Perigo não se Confirma	929	24,9
Remessa de Processo a Tribunal - Apensação a Processo Judicial	56	1,5
Remessa de Processo a Tribunal - Aplicação de Procedimento de Urgência	44	1,2
Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Consentimento para Intervenção	948	25,4
Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Decisão Após 6 Meses	5	0,1
Remessa de Processo a Tribunal - Oposição da Criança/Jovem	46	1,2
Remessa de Processo a Tribunal - Sinalização a Tribunal Competente	57	1,5
Comunicação ao Ministério Público/Remessa do processo para Tribunal - situação de adopção	4	0,1
Encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude	272	7,3
O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção ou completou 21 anos	172	4,6
Por ter passado a residir fora do território nacional	424	11,4
Abertura de Processo indevidamente por informação incorrecta na sinalização	129	3,5
	3728	

O arquivamento liminar ocorre, principalmente, por quatro motivos:

- Ausência de consentimento para a intervenção (948; 25,4%);
- A situação de perigo não se confirma, razão que fundamentou o arquivamento de 929 processos de promoção e proteção (24,9%);
- A situação de perigo já não subsiste (642; 17,2%);
- Por ter passado a residir fora do território nacional (424; 11,4%).

Arquivamento após o início da intervenção da CPCJ

Após ter sido prestado o consentimento pelos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto e verificando-se a não oposição da criança ou jovem com mais de 12 anos, poderão ocorrer vicissitudes no processo que determinam a cessação da intervenção da CPCJ, seja pela extinção da situação de perigo, seja porque a competência para intervir passou a ser do Tribunal.

Após o início da intervenção foram caracterizados **8279** arquivamentos, 62,3% do total. Destes 4947 (59,8%) foram arquivados durante a fase de avaliação diagnóstica ou em Deliberação e contratualização (antes do acordo de Promoção e protecção e 3332 (40,2%) durante a fase de execução e acompanhamento da medida.

Quadro 14: Causas do arquivamento dos processos pelas CPCJ na fase de Avaliação diagnóstica ou em Deliberação e contratualização

Avaliação diagnóstica ou em Deliberação e contratualização	Nº	%
A Situação de Perigo já não Subsiste	2274	46,0
A Situação de Perigo não se Confirma	1279	25,9
Remessa de Processo a Tribunal - Retirada de Consentimento para Intervenção	633	12,8
Remessa de Processo a Tribunal - Oposição da Criança/Jovem	106	2,1
Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Acordo de Promoção e Protecção	99	2,0
Remessa de Processo a Tribunal - Apensação a Processo Judicial	54	1,1
Remessa de Processo a Tribunal - Indisponibilidade de Meios para Aplicar/Executar a Medida	30	0,6
Remessa de Processo a Tribunal - Aplicação de Procedimento de Urgência	21	0,4
Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Decisão Após 6 Meses	18	0,4
Remessa de Processo a Tribunal - Alteração da Competência Territorial	5	0,1
Remessa de Processo a Tribunal - Oposição do Ministério Público à Decisão da CPCJ	1	0,0
Comunicação ao Ministério Público/Remessa do processo para Tribunal - situação de adopção	15	0,3
O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção ou completou 21 anos	211	4,3
Por ter passado a residir fora do território nacional	128	2,6
Encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude	58	1,2
Abertura de Processo indevidamente por informação incorrecta na sinalização	15	0,3
	4.947	100

O arquivamento, quando o processo de promoção e protecção se encontra na fase de avaliação diagnóstica ou na fase de deliberação ou de contratualização do acordo de promoção e protecção, é determinado, principalmente, pelos seguintes fundamentos:

- A situação de perigo já não subsiste (**2274; 46,0%**);
- A situação de perigo já não se confirma (**1279; 25,9%**);
- Remessa de Processo a Tribunal - Retirada de Consentimento para Intervenção (**633; 12,8%**);

Quadro 15: Causas do arquivamento dos processos pelas CPCJ na fase de execução e

Após a aplicação de medida - Execução e acompanhamento	Nº	%
Remessa de Processo a Tribunal - Não Cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Protecção	598	17,9
Remessa de Processo a Tribunal - Retirada de Consentimento para Intervenção	223	6,7
Remessa de Processo a Tribunal - Indisponibilidade de Meios para Aplicar/Executar a Medida	46	1,4
Remessa do Processo a Tribunal - Oposição da Criança/Jovem	30	0,9
Remessa de Processo a Tribunal - Apensação a Processo Judicial	12	0,4
Remessa de Processo a Tribunal - Aplicação de Procedimento de Urgência	10	0,3
Comunicação ao Ministério Público/Remessa do processo para Tribunal - situação de adopção	10	0,3
Cessação da Medida	153	4,6
Cessação da medida - A situação de Perigo já não subsiste	1671	50,2
Cessação da medida - Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsiste	283	8,5
Cessação da medida - O jovem atingiu a maioridade ou completou 21 anos	199	6,0
Cessação da medida - Foi decidida a confiança administrativa ou judicial da criança ou jovem	18	0,5
Cessação da medida - Foi proferida decisão de procedimento cível que assegurou o afastamento da criança ou do jovem da situação de perigo	13	0,4
Por ter passado a residir fora do território nacional	66	2,0
	3332	100

acompanhamento da medida

No que respeita ao arquivamento ou cessação da intervenção da Comissão de protecção em processos que se encontravam na fase de execução e acompanhamento da medida de promoção e protecção, destacam-se os seguintes motivos:

- Cessação da medida por a situação de perigo já não subsiste **(1671; 50,2%)**;
- Não cumprimento reiterado do acordo de promoção e protecção **(598;17,9%)**;
- Cessação da medida por decurso do prazo máximo de duração ou de prorrogação e superação da situação de perigo **(283; 8,5%)**.

Sumário Executivo

As CPCJ acompanharam no primeiro semestre de 2013 (Volume processual Global) **53494 processos**, mais 1328 processos do que aqueles acompanhados no período homólogo em 2012. Este aumento resulta:

- do número de **processos transitados** (35087) cifrada em mais 255 processos;
- do número de **processos instaurados** (14930) cifrada em mais 418 processos – 10361 no 1º trimestre e 4569 no 2º semestre
- do número de **processos reabertos**, registaram-se, 3477 reaberturas, mais 655 do que as registadas no mesmo período de 2012. Destes 2280 foram reabertos no 1º trimestre e 1197 no 2º trimestre

Foram **arquivados 13294 processos**, menos 1760 que no mesmo período de 2012. No final do primeiro semestre estavam ativos 40200 processos de promoção e protecção. Importa considerar no que respeita à comparação entre os primeiros semestre de 2012 e 2013, a sub-representação dos arquivamentos registados no sistema, inflacionando o numero de processos ativos.

As **entidades** com maior número de **comunicações de situações de perigo às Comissões** são, por ordem decrescente, os Estabelecimentos de Ensino, as Autoridades Policiais, os Pais/cuidadores, outras CPCJ e os Estabelecimentos de Saúde.

Na distribuição por trimestre destaca-se que das 17333 sinalizações que determinam a instauração ou reabertura de processo de promoção e protecção 12691 sinalizações ocorreram no 1º trimestre e 4642 no 2º trimestre.

Assinalam-se as seguintes alterações significativas nos **escalões etários das crianças acompanhadas** pelas CPCJ no ano de 2012:

a) Mantem-se o reordenamento, ocorrido em 2012, do escalão etário dos 15-21 anos, o mais representativo, verificando alterações de posição nos restantes escalões:

- Em 2012: 15-21 anos; 11-14 anos; 0-5 anos; 6-10 anos
- No 1º semestre de 2013: 15-21 anos; 11-14 anos; 6-10 anos; 0-5 anos

Considerando apenas as **crianças e Jovens com processos instaurados** caracterizadas quanto à idade e sexo (13813), verificamos um reordenamento dos escalões etários em comparação com 2012

- Em 2012 : 0 aos 5 anos; 11 aos 14 anos; 15 aos 18 anos e 6 aos 10 anos.
- No 1º semestre: 15 aos 18 anos; 11 aos 14 anos; dos 0 aos 5 anos e dos 6 aos 10 anos

Das 53194 crianças acompanhadas, as CPCJ identificaram **666 (1,2% do total) em situação de deficiência**.

As **situações de perigo sinalizadas** às Comissões de Proteção incidem, maioritariamente, em cinco problemáticas: **Exposição modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** 25,4% (3598); **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 22,2% (3147), **Negligência** 20,7% (2932), **A criança assume comportamentos que afetem o seu bem estar** 13% (1834); **Outras situações** 5,8% (738).

Da comparação direta com os dados do primeiro semestre de 2012 e com algumas tendências verificadas na avaliação anual de 2012 verificamos que:

- A **exposição a modelos de comportamento que possam comprometer o bem estar da criança** mantém, ocupa o primeiro lugar das problemáticas identificadas. Em comparação com o período homólogo, verificamos que esta problemática apesar de passar de 2ª para 1ª problemática mais identificada e de aumentar o seu peso percentual (25, 2% em 2012 e 25,4% em 2013), diminui o número absoluto de casos sinalizados (3608 em 2012 e 3598 em 2013);
- As **situações que comprometem o direito à educação**, que, quer no 1º semestre de 2012, quer nesse ano, eram a terceira problemática mais sinalizada às CPCJ, passam a ocupar, no primeiro semestre de 2013 o 2º lugar. Por outro lado, quer em número absoluto, quer percentualmente, verifica-se um aumento muito significativo destas situações, quando comparamos com o mesmo período de 2012 (2012: 17,5%/2505 – 2013 22,2%/3147);
- A **negligência**, diminui, quer percentualmente, quer em número de casos, quando comparamos o primeiro semestre de 2012 com o de 2013 (2012: 25,7%/3681 - 2013:20,7%/2932);
- Relativamente às situações em que a própria **criança se coloca em situação de perigo**, regista-se o aumento percentual e absoluto (2012:10,8%/1547 – 2013: 13%/1834);
- Diminuem, percentualmente e em termos absolutos as situações de **mau trato físico** (2012: 6,1%/874 – 2013: 5,5%/782). Igual resultado verifica-se a respeito do **mau trato psicológico** (2012: 3,8%/549 – 2013 2,8%/398);
- As situações de **abuso sexual, prática de fato qualificado pela lei como crime, abandono e mendicância** diminuem percentualmente e em termos absolutos, quando se comparam os períodos homólogos.
- Verifica-se ainda mais um caso de **exploração de trabalho infantil** (2012: 6 – 2013: 7)

No primeiro semestre de 2013 foram aplicadas ou estiveram em execução **21943 medidas de promoção e proteção**.

A maioria das medidas, 88,5% (19410), correspondem a medidas em meio natural de vida, enquanto as medidas de colocação representa 11,5% (2533).

No primeiro semestre de 2013, de um total de 53494 processos acompanhados, as CPCJ arquivaram **13294 processos** (24,9% do volume processual global), tendo sido caracterizados quanto ao momento do arquivamento 12007.

- 3728 processos – **arquivado na fase preliminar** – 28% dos arquivados – 7% do volume processual;
- 8279 processos – **arquivados após o início da intervenção** – 62,3% do volume processual
 - 4947 – na fase de avaliação diagnóstica ou em Deliberação contratualização (antes do acordo de promoção e protecção
 - 3332 –na a fase de execução e acompanhamento da medida.

Ficha Técnica

Imagem da capa

“As meninas”

ESCULTURA

Teresa Frazão

com **Alice Araújo** 14 anos | **Ana Rita Mota** 14 anos

SINOPSE:

Dois mundos contidos num só, duas realidades bem diferentes; um, colorido e alegre, onde as crianças podem ser de facto “crianças”, brincam e têm tempo para disfrutar dos tempos livres. O Outro, um mundo triste, escuro, sem cor, um mundo “roto”, em que as crianças não sabem que o são, são farrapos humanos explorados e escravizados por adultos e por grupos económicos, a troco da sua sobrevivência...

Direito a ser protegido/a contra a exploração económica | Direito a brincar



Trabalho realizado no âmbito

“Um direito a (des)envolver”

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 23º ANIVERSÁRIO DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

Ideia original do projecto ESPAÇO A BRINCAR – Uma Viagem pelos Direitos da Criança

CML|DOS|DCIS – Novembro 2012

Uma Edição da:

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

Avenida Estados Unidos da América n.º 39 5.º e 10.º andar

1749-062 Lisboa

Tel: 21 842 0623

Fax: 21 842 07 85

Trabalho elaborado por:

Equipa Técnica da

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

Dora Alvarez

Ricardo Carvalho (Coordenação)

Data de edição Julho 2013